



I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

L U S O C O N F

2018

LIVRO DE RESUMOS

Editores:

Carla Araújo
Carlos Teixeira
Cecília Falcão
Lídia Machado dos Santos
Paula Odete Fernandes
Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança
novembro de 2018

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2018

I Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de resumos

Editores

Carla Araújo

Carlos Teixeira

Cecília Falcão

Lídia Machado dos Santos

Paula Odete Fernandes

Vitor Gonçalves

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

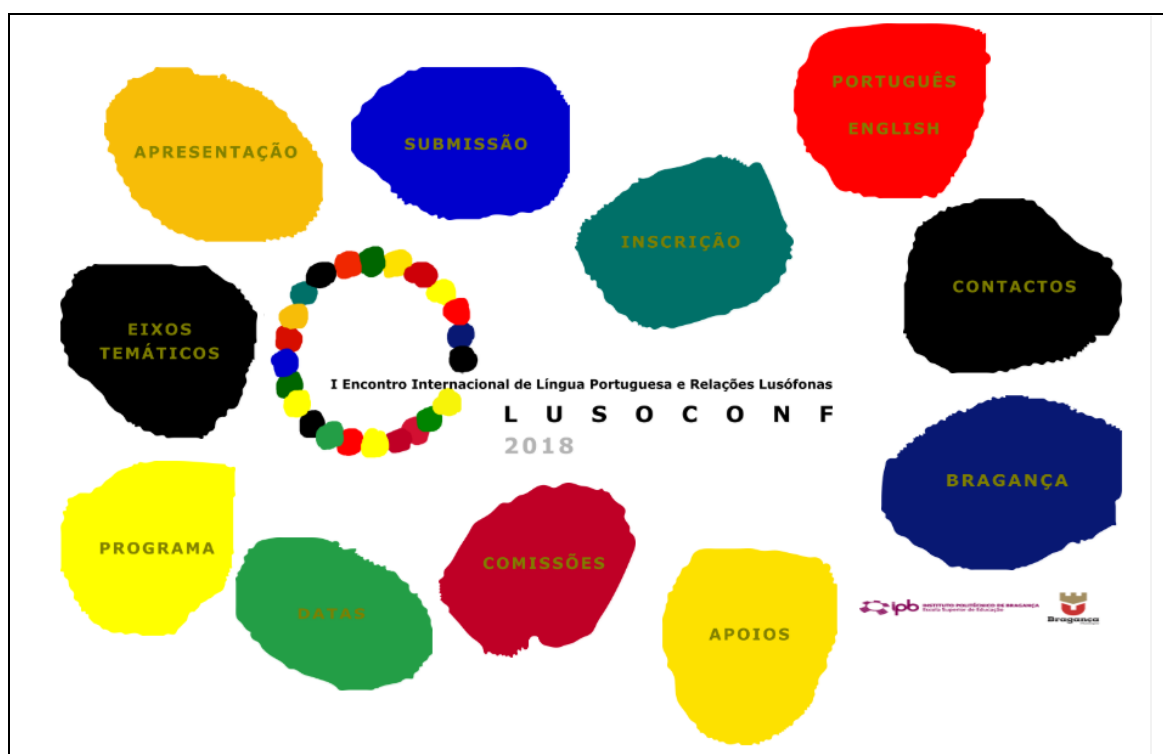
Data de edição: novembro de 2018

ISBN: 978-972-745-249-1

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/16632>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt



Incentivos à mobilidade geográfica de médicos: o caso da ULSNE

Sofia Mesquita¹, Cláudia S. Costa², Rui Alexandre R. Pires²
sofia_mesquita@outlook.pt, claudia@ipb.pt, rucapires@ipb.pt

¹*Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

²*Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

Resumo

Nos últimos tempos tem-se assistido a uma degradação dos recursos humanos existentes no setor da saúde. Uma das dimensões que a caracteriza é a má distribuição dos profissionais da saúde, especialmente em carreira médica, e sobretudo na região norte. Apontam-se como principais fatores que contribuem para esta problemática as más condições de trabalho nas zonas mais carenciadas e o receio da não progressão profissional. Face a estas dificuldades, os responsáveis pela gestão de recursos humanos em saúde, através de instrumentos de gestão estratégica, tentam garantir o número de profissionais necessários para assegurar os serviços de saúde à população. Reconhece-se, assim, a importância da atribuição de incentivos aos profissionais como uma possível solução para a fixação de médicos nas zonas carenciadas (Buykx, Humphreys, Wakerman, & Pashen, 2010; Lehmann, Dieleman, & Martineau, 2008). Em Portugal, a atribuição de incentivos à mobilidade geográfica de médicos está estabelecida no Decreto-Lei n.º 101/2015, de 4 de junho, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2017, de 27 de janeiro. Neste contexto, o estudo de caso da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. (ULSNE) tem como objetivo principal perceber se o impacto dessa atribuição foi significativo e resolutivo. No decorrer do estudo foram utilizados métodos de análise à sucessão legislativa destes diplomas, assim como aos documentos relativos aos médicos da unidade, sendo possível a comparação relativa ao tipo de incentivos atribuídos para a fixação destes trabalhadores. Os documentos analisados ao longo do estudo passaram pelo pedido de autorização, dirigido ao Diretor do Serviço de Recursos Humanos da ULSNE, para o abono dos incentivos financeiros por parte dos médicos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 101/2015, de 04 de junho, aos médicos que concluíram as respetivas especialidades médicas na 1.ª época de 2015. De seguida, procedeu-se à análise aos requerimentos dos médicos para o recebimento dos incentivos relativos ao primeiro diploma, assim como os pedidos de transição para o novo regime de incentivos ao trabalho médico, realizados pelos médicos da unidade que recebiam incentivos estabelecidos pelo regime antigo. Foi realizada também a comparação das especialidades carenciadas atribuídas à ULSNE definidas pelo Despacho n.º 9718/2015, de 26 de agosto, e, atualmente, pelo Despacho n.º 1788-B/2017, de 27 de fevereiro. No que toca aos resultados obtidos, verificou-se que os Decretos-Leis contribuíram para a fixação de seis médicos e motivaram o processo de contratação de um. Conclui-se, assim, que estes diplomas parecem não contribuir, significativamente, para colmatar as carências. Embora consideremos que as tenha minimizado, visto que os resultados dos incentivos não foram resolutivos, revelando a importância da retenção dos trabalhadores médicos da ULSNE. A análise dos despachos também permitiu verificar um aumento do número de especialidades carenciadas atribuídas à unidade, o que evidencia o agravamento da situação. Por conseguinte, entendemos pertinente alargar o estudo a todas as outras entidades carenciadas para analisar o impacto, bem como os fatores determinantes da fixação.

Palavras-Chave: fixação de médicos, incentivos, zonas carenciadas, ULSNE.

Referências

- Buykx, P., Humphreys, J., Wakerman, J., & Pashen, D. (2010). Systematic review of effective retention incentives for health workers in rural and remote areas: Towards evidence-based policy. *The Australian Journal of Rural Health, 18*, 102-109.
- Lehmann, U., Dieleman, M., & Martineau, T. (2008). Staffing remote rural areas in middle- and low-income countries: A literature review of attraction and retention. *BMC Health Services Research, 8*, 1-1.